



Advocacia nacional se mobiliza contra criminalização da profissão

Página - 9

**Em iniciativa inédita, OAB-MT
presta contas à advocacia e sociedade**

Página - 8

**OAB-MT e TRT/MT firmam
convênio para integrar Ouvidorias**

Página - 6

**Central de Processamento de
Diligências é implantada em
Cuiabá e Várzea Grande**

Página - 5

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva

Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha
Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção

Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Dr. Carlos Eduardo Silva e Souza

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	QUARTA TURMA			OITAVA TURMA		
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINEIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
	3613-0935	3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
PRIMEIRA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
SEGUNDA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
TERCEIRA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

Jornalistas:
Marianna Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambium - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Fotografias: , Andréa Lobo e Thiago César-F5 /
Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351

Galeria Silva Freire recebe exposição “Família Direito de Todos”

Os sorrisos eternizados em fotografias: muito mais do que um retrato de família, as imagens revelam a possibilidade de amar e de se construir laços. Estas fotos retratam momentos reais de famílias adotivas e compõem a exposição “Família Direito de Todos” aco-

lhida pela Galeria Silva Freire, no saguão da OAB-MT durante o mês de fevereiro.

A exposição itinerante esteve anteriormente no Várzea Grande Shopping e após o período na Galeria Silva Freire chega ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os registros são dos fotógrafos

Gilberto Galdino e Edson Gilson.

O projeto é uma parceria da OAB-MT através da Comissão de Infância e Juventude (CIJ), da Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara) e do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e do Adolescente (CEDCA), com apoio do Poder Judiciário.

Presidente da CIJ Tatiane de Barros explicou que a ideia da exposição é

desmitificar a questão da adoção e dar visibilidade para a adoção especial. “A conta não fecha, temos uma lista de pretendentes com 715 pessoas na fila para adoção e 61 crianças aptas à adoção. Mas temos que desmitificar a nossa sociedade e dar visibilidade para adolescentes e crianças maiores de quatro anos. Mas no cadastro de adoção as pessoas

optam por bebês ou crianças menores um ano ou com até dois anos”.

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos apontou que a exposição tem uma importância incalculável para a sociedade. “Sabemos que muitos têm a intenção de adotar e não sabem procedimentos ou falta coragem, essa exposição ressaltando os pontos positivos influenciará e encorajará outras famílias.



Advogados podem participar de treinamento sobre Projudi no TJMT

Os advogados interessados podem participar de treinamento sobre o sistema do Processo Judicial Digital (Projudi) no Departamento de Apoio aos Juizados Especiais (DAJE) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Podem participar 10 advogados por dia e o treinamento será realizado enquanto houver demandas e/ou dúvidas acerca das mudanças no Projudi.

Devido as mudanças no layout do Projudi, foi deliberado entre a Comissão de Juizados Especiais da OAB-MT e o DAJE para que de segunda à sexta-feira das 18h às 19h sejam realizados os treinamentos.

O treinamento possui a duração de um dia, mas du-

rante toda a semana neste período, os advogados podem ser atendidos no DAJE para solucionar as dúvidas a respeito das novas disposições do menu do sistema Projudi. Dúvidas também serão respondidas através do e-mail daje@tjmt.jus.br e pelo telefone (65) 3617-3307.

A nova versão do sistema de Projudi, ferramenta utilizada para peticionamento eletrônico junto aos Juizados Especiais surpreendeu a advocacia no dia 21. Com mudanças significativas no layout do sistema, além de uma série de falhas verificadas na tentativa de sua utilização, a alteração, sem notificação prévia dos usuários, causou transtornos desde suas primeiras horas de funcionamento.

Advocacia deve se atentar para Aprimoramento Processual da Justiça Criminal

O Aprimoramento Processual da Justiça Criminal visa reexaminar todos os processos em que figuram réus presos, sejam provisórios ou condenados permanentemente.

O Regime de Exceção nas Varas Criminais de Mato Grosso para Aprimoramento Processual da Justiça Criminal foi estabelecido pela Portaria Conjunta 02/2017 da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso (CGJ) com o objetivo de promover a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas, bem como verificar a eficácia da vigência das decisões que decretaram medida de segurança nas comarcas do Estado.

Como parte integrante da Força-Tarefa, a OAB-MT, por meio da Comissão de Direito Carcerário, alerta à advocacia para que faça, de acordo com o calendário do Aprimoramento para cada polo, suas petições ou reiterem pedidos porventura ainda não apreciados a fim de que sejam objeto de análise no Regime de Exceção.

É importante ressaltar que as petições devem ser identificadas com a seguinte anotação: “REGIME DE EXCEÇÃO – APRIMORAMENTO PROCESSUAL”.

Durante o período serão verificados os processos de condenados, definitivos ou não, nas varas criminais e nas varas de execução penal quanto à expedição de guias de recolhimento para execução e quanto à unificação de soma de penas; deverão ser provocados o reexame de todos os inquiridos e processos de presos provisórios para subsidiar decisão quanto à manutenção ou não da prisão; reexaminados todos os processos de presos condenados para verificar e decidir quanto à pendência de benefícios penitenciários; encaminhamento ao preso de atestado de pena para cumprir ou extrato de liquidação de pena; entre outras.

CONFIRA O CALENDÁRIO:

Juína (Polo X)	15 a 17 de março
Cáceres (Polo II)	22 a 24 de março
Diamantino (Polo V)	29 e 30 de março
Alta Floresta (Polo IV)	3 a 6 de abril
Tangará da Serra (Polo VI)	18 a 20 de abril
São Félix do Araguaia (Polo XI)	26 a 28 de abril
Cuiabá (Polo I)	2 a 10 de maio

OAB-MT participa de discussão de propostas e ato no Congresso Nacional

Mais de 17 horas de um amplo debate com representantes de dezenas de entidades e comissões temáticas de várias seccionais da OAB resultaram na Carta Aberta sobre Reforma da Previdência.

O encontro foi realizado nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro consolidou um conjunto de propostas à Reforma da Previdência Social anunciada pelo governo federal por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287.

Vice-presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-MT, Jonas Albert Schmidt, explica que o posicionamento da entidade não é rejeitar a PEC como um todo, mas sim apresentá-la e discutí-la amplamente com a sociedade.

“Da forma que foi proposta, o trabalhador será o principal afetado, já que o

viés da reforma seria um questionável déficit nas contas. Contudo, considerando o art. 195 da Constituição Federal, que trata da base de financiamento da Seguridade Social, as mudanças no sistema devem partir do prisma do orçamento, ou seja, fim da Desvinculação

de Receitas da União (DRU) que retira 30% dos recursos da Seguridade, fim das exonerações fiscais e cobrança dos débitos bilionários de muitas empresas com a Previdência e não a retirada estratégica dos direitos sociais garantidos pelo constituinte em 1988”, comentou.

Além da Carta Aberta, também está sendo formulada uma proposta legislativa com a contribuição de todas as entidades participantes. O documento deverá ser apresentado ao Congresso Nacional em um ato promovido pela Frente Legislativa da OAB.



Resolução esclarece sobre isenção do pagamento de anuidade

Através da Resolução nº 03/2017 a OAB-MT esclarece sobre as possibilidades de isenção do pagamento de anuidade de advogados e estagiários.

A OAB-MT definiu os parâmetros para análise, tendo em vista os diversos pedidos de isenção de pagamento por doença grave e incapacitante e a dificuldade relatada pelos estagiários da Comissão de Estagiários. A entidade considerou também os parâmetros do Conselho Federal da OAB (CFOAB) contidos no Decreto nº 6593/2008.

Assim fica autorizada a isenção do pagamento do valor relativo à anuidade profissional por acometimento de doença grave incapacitante, nos casos previstos na Lei nº 11.052/2004.

A isenção está prevista para as seguintes situações de doenças: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia

maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida com base em conclusão da medicina especializada e moléstia profissional.

Para concessão da isenção mencionada, deve-se apresentar os seguintes documentos: Requerimento em formulário, atestado médico com CID-10 e data do início da doença e o documento que comprove a isenção prevista no art. 6º parágrafo 14 da Lei nº 11.052/2004 do pagamento do imposto de renda junto à Receita Federal.

Os pedidos de isenção já protocolizados e pendentes de análise e decisão serão abarcados pela

Resolução, desde que presentes os requisitos para a concessão.

A Resolução também autoriza a isenção do pagamento de anuidade aos estagiários que preenchem os requisitos previstos no Decreto nº 6.593/2008, nos seguintes termos: inscrito no Cadastro Único para programas Sociais do governo federal e for membro de família de baixa renda.

Para solicitar a concessão, deve-se apresentar o Número de Identificação Social (NIS) e declaração de que atende à condição estabelecida.

Além disso, a resolução ainda autoriza o parcelamento da anuidade de estagiário em até três parcelas iguais e sucessivas para os acadêmicos que se encontram no 7º e 8º semestres, bem como o parcelamento em até duas vezes iguais e sucessivas para os acadêmicos dos 9º e 10º semestres.

Grupo de Estudos do Novo CPC retoma trabalhos

Autorregramento da Vontade. O grau de polêmica do conteúdo somado à disposição dos advogados e advogadas presentes resultou num debate bastante proveitoso e qualificado na retomada do Grupo de Estudos do Novo Código de Processo Civil.

A partir da bibliografia especialmente selecionada, cada um dos participantes teve a oportunidade de expor seu ponto de vista a respeito da novidade, que é identificada por palavras-chave como “liberdade” e “atipicidade”.

“Talvez não estejamos preparados pra enfrentar as consequências de tamanha abertura que o legislador deu às partes por meio do Princípio discutido”, comentou o presidente da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT, Mário Medeiros Neto.

A primeira rodada de discussão de 2017 teve como expositor o presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB-MT, Jorge Jaudy, e contou com a participação de 14 profissionais.

Os encontros acontecem uma vez por mês, sempre na terça-feira, no espaço da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT) e é aberto à participação de qualquer advogado ou advogada interessado, independentemente de ser membro de alguma comissão.

Central de Processamento de Diligências é implantada em Cuiabá e Várzea Grande

A implantação do novo sistema de controle de diligências do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), a Central de Processamento de Diligências (CPD) é uma conquista da OAB-MT.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos havia reivindicado junto ao TJMT a efetividade do Provimento nº 14/2016 da Corregedoria-Geral de Justiça. Com isso, o pagamento das diligências dos oficiais de justiça agora pode ser realizado através de guia eletrônica.

De início, a mudança foi implementada em Cuiabá e Várzea Grande. Contudo, o presidente da OAB-

MT ressaltou que o TJMT já firmou compromisso de estender o pagamento das diligências por guia eletrônica para todo o Estado, lembrando ser esta uma reivindicação antiga da classe.

Para Leonardo Campos, com o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe) a medida é necessária para garan-

tir a desburocratização da atividade da advocacia, bem como a segurança jurídica e a celeridade dos autos processuais.

“Não há sentido que na Era do Processo Judicial Eletrônico (PJe), quando se

distribui justiça pelo meio virtual, a advocacia em algumas comarcas tenha que ser submetida a enfrentar as filas dos bancos e efetuar o depósito na boca do caixa para diligência do oficial de justiça. Em épocas de PJe nada mais adequado e produtivo que efetuar os recolhimentos destas diligências através de guia judicial, trazendo mais segurança jurídica e desburocratizando a atividade da advocacia, uma vez que



não necessita mais ir ao banco e pode imprimir a guia do seu computador e pagar pela internet”, concluiu o presidente da OAB-MT.

Presidente da Subseção de Várzea Grande Flávia Peteresen Moretti comemorou a conquista da advocacia.

“É uma conquista da advocacia e da classe dos oficiais de Justiça pela transparência, segurança, agilidade no cumprimento das diligências facilitando o trâmite processual e extraprocessual. Os advogados eram obrigados a depositar diligências nos caixas dos bancos e ainda apresentarem os comprovantes originais nos autos. Todo esse caminho não será mais percorrido pelos advogados”, afirmou Flávia na ocasião.



Comissões Temáticas de Tangará planejam calendário de ações

A 10ª Subseção da OAB-MT de Tangará da Serra realizou uma reunião com todas as Comissões Temáticas para planejamento do calendário de ações para 2017.

O presidente da Subseção, Kleiton Carvalho destacou a importância do encontro que contou com a participação de 10 Comissões e membros da diretoria.

“Foi uma reunião importante onde foram destacados os trabalhos de todas as Comissões no ano de 2016 e pontuamos os trabalhos e projetos a serem desenvolvidos neste ano de 2017”, afirmou.

Entre os destaques realizados durante o ano passado, constam o cunho social desenvolvido pela

Subseção, o incentivo ao ensino e aperfeiçoamento jurídico com vários cursos, workshops, palestras e seminários.

“Também tivemos campanhas de doação de livros e alimentos, bem como, trabalho social esportivo realizado na área social. O projeto “A escola vai a OAB” recepcionou na sede vários alunos das escolas estaduais e municipais onde foram abordados vários temas de interesse da classe estudantil”, explicou Kleiton Carvalho.

Os presidentes de Comissões compartilharam experiências e firmaram compromisso de atuar em suas respectivas áreas, tendo em vista que por vezes, os objetivos se entrelaçam na

busca pela eficácia na prestação de serviços dos advogados e a toda sociedade de Tangará da Serra, Barra do Bugres, Sapezal e região.



Rondonópolis firma parceria para construção de parlatório

A subseção de Rondonópolis da OAB-MT firmou parceria com o curso de Engenharia Civil da Faculdade Anhanguera Rondonópolis e a Penitenciária Major Eldo Sá Corrêa (Mata Grande) para a construção de um parlatório em seu anexo.

No dia 21 já foram realizadas as primeiras medições para a construção do parlatório.

Conforme o Termo de Parceria, o curso de Engenharia Civil será responsável pela elaboração do projeto, enquanto a Penitenciária disponibilizará a mão de obra e a OAB Rondonópolis será responsável pelo custeio da construção.

“Tenho certeza que a união e harmonia das instituições irão realizar uma obra que beneficiará a todos”, destacou o presidente da Comissão de Direito Penal da Subseção de Rondonópolis, Bruno de Castro.

De acordo com ele, a obra precisa ser feita o quanto antes, pois o parlatório do anexo da Penitenciária encontra-se insalubre e sem condições dignas de atendimento.

O parlatório é o local destinado a assegurar o direito do preso à entrevista pessoal e reservada com o advogado, conforme prevê o inciso IX do artigo 41 da Lei de Execução Penal (LEP). O espaço adequado visa garantir aos custodiados, agentes penitenciários e profissionais da advocacia um local digno, seguro e salubre para atendimento profissional.



OAB-MT e TRT/MT firmam convênio para integrar Ouvidorias

A OAB-MT e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MT) assinaram convênio de termo de cooperação técnica no dia 21, para garantir a integração entre as Ouvidorias das instituições.

O convênio foi assinado pelo presidente da OAB-MT Leonardo Campos e pela presidente do TRT/MT, desembargadora Beatriz Theodoro, juntamente com os respectivos Ouvidores, da OAB-MT José Antônio Gasparelo e do TRT/MT, desembargadora Eliney Veloso.

Também presente no ato de assinatura, a secretária-geral adjunta da OAB-MT Gisela Cardoso explicou que o convênio visa facilitar a comunicação com o TRT, uma vez que a Ouvidoria recebe reclamações referentes aos advogados. Com este convênio, as informações sobre a advocacia serão repassadas à Ouvidoria da OAB-MT.

As informações que chegarem à Ouvidoria da OAB-MT serão repassadas ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED) para apuração e o prazo de resposta ao TRT/MT é de cinco dias. A reunião também contou com a participação do juiz auxiliar da presidência Plínio Gevezier Podolan.



OAB-MT cobra solução para tramitação de processos do PJE na Turma Recursal

Desde a implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) nas comarcas do interior de Mato Grosso, os recursos inominados não chegam à Turma Recursal por falta de compatibilidade com o sistema.

A situação, que perdura há meses, foi apresentada pelo presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, ao presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), desembargador Rui Ramos, que se surpreendeu com a informação.

De acordo com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), o PJE já foi implantado em 121 órgãos julgadores do 1º e 2º grau, entre varas judiciais, centrais de mandados, centrais de conciliação, juizados especiais, câmaras e Turma Recursal.

Contudo, a incompatibilidade

do PJE nas comarcas do interior com o sistema utilizado na Turma Recursal faz com que os recursos sequer sejam distribuídos, deixando a tramitação de centenas de processos paralisada já há cerca de um ano e sem qualquer alternativa para as partes.

Diante da situação, Rui Ramos, demonstrou preocupação, solicitou um estudo para identificar o problema e solucionar o quanto antes a demanda.

O tema foi uma das pautas discutidas durante o Colégio de Presidentes da OAB-MT realizado em Mirassol D'Oeste em dezembro do ano passado. Na ocasião, o presidente da subseção de Lucas do Rio Verde, Eduardo Vilela, narrou que desde a implantação do PJE na comarca, nenhum recurso inominado chegou à Turma Recursal.

OAB-MT garante acesso à justiça com parcelamento das custas processuais

Para garantir o direito do parcelamento das despesas processuais prevista no novo Código de Processo Civil (CPC), a OAB-MT e a Comissão de Direito Civil e Processo Civil cobraram do Tribunal de Justiça (TJMT) a regulamentação da matéria. Diante da conquista assegurada pela entidade, as custas processuais iniciais podem ser parceladas em até seis vezes.

A Comissão havia apresentado a solicitação junto ao TJMT em novembro de 2016, tendo em vista que o parágrafo 6 do artigo 98 do novo Código de Processo Civil (CPC) permite o parcelamento das despesas processuais e a matéria ainda não estava regulamentada em Mato Grosso.

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos e o presidente da Comissão, Jorge Jaudy solicitaram ao TJMT que tomasse as providências para regulamentar o benefício com a definição de quantas parcelas o pagamento poderia ser feito e até que momento do processo o pagamento poderia ocorrer.

Para Jorge Jaudy a medida representa importante avanço. "A medida pode

garantir um certo alívio para os cidadãos e empresas que precisem de um escalonamento para arcar com o valor das custas e necessitem se socorrer da intervenção do Poder Judiciário por meio do ajuizamento de uma demanda judicial", concluiu.

A matéria foi regulamentada na nova Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria (CNGC), a partir do artigo 468 em diante e disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) de 30 de dezembro de 2016.

Conforme o artigo 468, no parágrafo 6 regulamenta sobre o parcelamento: "O juiz, atento às circunstâncias e peculiaridades do caso concreto, após analisar o pedido de gratuidade e considerar pertinentes as alegações, poderá, mediante decisão fundamentada, conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento".

Além disso, o parágrafo 7 do referido artigo, também prevê que o parcelamento pode ser realizado em até seis parcelas mensais e sucessivas sujeitas à correção monetária, sendo a primeira após a decisão favorável do juiz.



OAB-MT lança aplicativo de defesa das prerrogativas

Primeira seccional a realizar o lançamento do aplicativo Prerrogativas Mobile, desenvolvido pelo Conselho Federal da OAB, a OAB-MT apresentou a ferramenta à advocacia mato-grossense no dia 24.

O lançamento ocorreu durante o Ato de Defesa da Advocacia, que reuniu cerca de 300 advogados no auditório da OAB-MT com o presidente da OAB, Claudio Lamachia; o secretário-geral adjunto Ibaneis Rocha e o presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Ad-

vocacia, Jarbas Vasconcelos.

“Esta é a primeira seccional que lança conosco o aplicativo Prerrogativas Mobile e eu quero dizer que estou muito feliz por esse ato que mostra sua dinâmica e convidar cada um para que, agora mesmo, baixe o aplicativo Prerrogativas Mobile e comece a ver que ele é uma experiência que vai mudar a defesa das prerrogativas aqui do estado e deste país”, destacou Jarbas Vasconcelos.

Responsável pelo lançamento do aplicativo, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT,

André Stumpf, explicou a importância da ferramenta para os advogados e advogadas.

Disponível nos sistemas Android e IOs, o aplicativo pode ser baixado gratuitamente na App Store ou Google Play. Por meio dele é possível, de forma fácil e simples, registrar ocorrências de violação às prerrogativas da advocacia.

“Por meio desse aplicativo nós teremos um controle da situação aqui no estado e todo o registro enviado é recebido pela OAB-MT em menos de um minuto para que as providências

devidas sejam adotadas”, explicou André Stumpf.

De acordo com ele, toda o acompanhamento poderá ser feito online, com as respostas no próprio aplicativo e também encaminhadas para o e-mail do advogado ou da advogada.

Para utilizar a ferramenta é necessário fazer o cadastro com a carteira da Ordem em mãos, uma vez que são exigidos os dados do profissional e o código de segurança. Entre as ocorrências estão o pedido de providências, de assistência, reclamação e informação, entre outros.

Núcleos de Prática Jurídica ficam inviabilizados de utilizar sistema PJE

Desenvolvido no Estado a partir de 2011, quando o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) assinou convênio com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) prometia revolucionar a forma com que o país conduz seus processos judiciais.

Por meio do sistema é feita toda a tramitação processual, inclusive a elaboração de peças processuais. No ano passado o PJE se expandiu e chegou à maioria das comarcas, contudo, a ampliação do sistema extenuou um problema de falta de inclusão.

Para utilizá-lo, é necessário que o advogado adquira o certificado digital, de uso pessoal e intransferível. Contudo, a prática jurídica fica limitada para os estudantes de Direito, que por meio dos Núcleos de Prática Jurídica das faculdades, sob orientação de um professor, aprendem na prática, durante o estágio obrigatório, a realidade da advocacia.

A OAB-MT vem buscando uma so-

lução junto ao TJMT para a inclusão dos estagiários na plataforma, a fim de que os estudantes tenham a formação plena e se preparem para o mercado de trabalho.

No entanto, a proposta apresentada pelo Poder Judiciário, não permite que os estagiários tenham acesso aos processos que tramitam em segredo de Justiça.

“Reconhecemos que o PJE é um caminho sem volta, mas para ele funcionar não pode ser excluyente, precisa ser inclusivo. Da forma como está sendo apresentando, o sistema exclui o Ensino Jurídico”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

De acordo com o diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Cuiabá (Unic), professor Antonio Alberto Schommer, mais de 85% dos processos do Núcleo de Práticas Jurídicas tramitam em segredo de Justiça por se tratar, especialmente, de assuntos relacionados ao Direito de Família.

Estima-se que em Mato Grosso cerca

de 100 mil processos sejam desenvolvidos nos Núcleos de Prática Jurídica das faculdades de Direito. Sem a possibilidade dos estagiários atuarem na prática processual, as instituições não teriam mais condições de oferecer o serviço à sociedade, inclusive em localidades onde não está constituída a Defensoria Pública.

“Se as instituições não puderem realizar esse atendimento, o ônus será de toda a sociedade. Serão mais de 100 mil famílias que deixarão de ser atendidas ou terão que procurar os serviços da Defensoria Pública”, explicou o presidente da Comissão de Estágio e Exame da Ordem, Hélio Ramos.

Além disso, a qualidade da formação profissional ficaria comprometida, tendo em vista que os cerca de 4 mil alunos que se formam nos cursos de Direito em Mato Grosso a cada semestre seriam submetidos a “estágios virtuais”, distanciando-se da realidade processual, do contato com as famílias atendidas

e do que determina a legislação que exige a prática simulada e o estágio supervisionado.

“A prática profissional, aprender a lidar com o cliente, conhecer sua realidade e desenvolver a habilidade para lidar com o processo é fundamental para a formação do operador de Direito, independente da área que ele optar para atuar após a conclusão do curso”, ressaltou o presidente da Comissão de Ensino Jurídico, José Patrocínio.

Presidente da Comissão de Estagiários, Akio Maluf lembra que a maioria dos estudantes não têm condições de adquirir o certificado digital e a atuação na prática jurídica não pode excluir os alunos que buscam a formação.

Diante da situação, a OAB-MT conchama os Podres Públicos e toda a sociedade a uma busca conjunta por uma solução que assegure a qualidade do ensino jurídico e mantenha a prestação jurídica à comunidade.

Em iniciativa inédita, OAB-MT presta contas à advocacia e sociedade

Em iniciativa inédita a OAB-MT apresentou um balanço das ações realizadas no ano de 2016 em assembleia geral para toda sociedade e advocacia no dia 21 de fevereiro. A apresentação também foi transmitida em tempo real via Periscope.

Com a presença da diretoria e membros do sistema OAB-MT, o presidente Leonardo Campos apresentou um balanço das principais ações realizadas pela entidade no ano de 2016, bem como os números referentes à Escola Superior de Advocacia (ESA-MT), Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) e Tribunal de Ética e Disciplina (TED).

Leonardo Campos ressaltou na abertura da assembleia geral que esta é a primeira prestação de contas da OAB-MT e será feita todos os anos para garantir a transparência das ações realizadas.

“Este foi um dos compromissos da nossa gestão de fazer com que a OAB-MT fosse mais participativa, que o

advogado e a advogada pudessem interferir diretamente na aplicação dos recursos que vem unicamente de suas taxas e anuidades. O ano de 2016 foi extremamente difícil, com uma crise econômica que abalou todos os setores, inclusive a advocacia. Tivemos que aplicar um remédio amargo e esses reflexos poderão ser sentidos agora em 2017”, disse.

Entre as principais ações da OAB-MT, Leonardo Campos pontuou a descentralização da gestão com a realização do Colégio de Presidentes em Barra do Garças e Mirassol D'Oeste, I Conferência Estadual da Mulher Advogada e I Encontro Estadual da Jovem Advocacia em Sinop com a presença do presidente do Conselho



Federal da OAB, Claudio Lamachia.

A interiorização da ESA-MT com cursos e pós-graduações nas Subseções da OAB-MT também foi citada pelo presidente.

Em 2016, a OAB-MT também recuperou seu papel de interlocutora com a sociedade e atuou na greve dos servidores estaduais que reivindicavam o pagamento

da Revisão Geral Anual (RGA), na paralisação dos bancários, e realizou um debate com os candidatos à Prefeitura de Cuiabá com transmissão ao vivo em parceria com TV ALMT, Rádio ALMT e Rádio Capital. Também lançou o aplicativo Eleitor Fiscal para recebimento de denúncias anônimas.

Na defesa das prerrogativas da advocacia, a OAB-MT realizou cinco atos

de desagravo, nos municípios de Barra do Garças, Tangará da Serra e Cuiabá. Também garantiu acesso ao Fórum de Cuiabá mediante apresentação de carteira da OAB, e atendimento preferencial para gestantes e lactantes em audiências e julgamentos no Tribunal Regional do Trabalho e no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). E palestras de formação sobre prerrogativas nas Subseções com o presidente do TDP, André Stumpf.



Com redução de despesas e recuperação de receitas, OAB-MT apresenta balanço financeiro

Diante do cenário de crise econômica que atinge o país, a OAB-MT registrou uma inadimplência média de 52% na anuidade no ano de 2016. Para fechar as contas no azul, uma série de medidas foram tomadas, como a redução das despesas em mais de R\$400 mil e a recuperação de R\$1,5 mi em receitas.

O balanço financeiro do ano de 2016 foi apresentado pelo diretor tesoureiro Helmut Preza Daltro em assembleia geral no dia 21, para toda a sociedade e advocacia, com transmissão em tempo real via Periscope.

Para fazer frente à crise econômica, a OAB-MT realizou contenção de despesas

através de medidas como adoção de procedimento interno para compras, terceirização de mão de obra, conscientização dos colaboradores para redução do consumo de materiais de expediente, materiais de copa, energia elétrica e água. Estas medidas refletiram na redução das despesas em R\$432.431,91 em comparação ao exercício de 2015.

O diretor tesoureiro também explicou sobre a recuperação de receitas cujas medidas foram campanhas de renegociação e parcelamento de débitos, conciliação pré-processual, protesto, ajuizamento de ação e cobrança.

Estas medidas garantiram que a

OAB-MT obtivesse a recuperação de R\$1,5 mi em receitas de um total de mais de R\$9 milhões. Os débitos são referentes às anuidades, multas de infração e eleitoral. As campanhas permitiram que quase 900 advogados renegociassem seus débitos via judicial ou administrativamente.

Orçamento 2016 – Foi elaborado com base na tabela de anuidade aprovada em 2015, que estava congelada desde 2011, representando um total de 40,58% de defasagem pela inflação. Conselho Federal da OAB (CFOAB) recomendou a necessidade de recomposição de 30%. A OAB-MT recompôs o valor em 14,81%, com isso, a anuidade de 2017 é de R\$850, abaixo do re-

comendado pelo CFOAB para a Região do Centro-Oeste.

A arrecadação total de 2016 foi de R\$11.717.240,57, incluindo anuidades arrecadas e renegociadas e as taxas de serviços, e o total de despesas foi de R\$12.041.695,35, registrando um déficit de R\$324.454,78.

Apesar do déficit, a OAB-MT não deixou restos a pagar no exercício 2016, apenas repasses estatutários não foram integralmente efetuados, mas serão regularizados neste exercício de 2017 e são referentes aos valores de 10% da anuidade para o CFOAB, de 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT) e de 2% ao FIDA.

Advocacia nacional se mobiliza contra criminalização da profissão

Para lutar pelas prerrogativas, a advocacia nacional se mobilizou contra a criminalização da profissão em um ato de defesa à classe realizado na OAB-MT no dia 23.

Com a presença do presidente do Conselho Federal (CFOAB) Claudio Lamachia, do presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas Jarbas Vasconcelos, do secretário-adjunto do CFOAB Ibaneis Rocha e do presidente da OAB-SP Marcos da Costa, o ato em defesa da advocacia reuniu mais de 300 advogados no auditório da entidade e alcançou mais de 40 mil pessoas em transmissão ao vivo pelo Facebook.

O ato em defesa da advocacia ocorreu após mobilização nacional da OAB através do Conselho Federal, do Colégio de Presidentes das Seccionais, do Conselho Seccional da OAB-MT e do Colégio de Presidentes das Subseções da OAB-MT que emitiram nota de repúdio à juíza da 7ª Vara Criminal de Cuiabá, Selma Rosane Santos Arruda, que utilizou das prerrogativas da advocacia, previstas em lei, como argumentos para decretação de prisão preventiva.

Presidente do CFOAB Claudio Lamachia ressaltou o empenho da atual gestão em defender as prerrogativas e afirmou que decisões como esta afrontam diretamente a advocacia brasileira.

“Não tem sido fácil rodar o Brasil inteiro para defender aquilo que para os incautos e menos esclarecidos pode parecer que seja um privilégio ao advogado, que são as nossas prerrogativas. Estamos aqui em Mato Grosso exatamente para bradar contra decisões que desrespeitam a advocacia em sua essência. Nos últimos dias tivemos aqui pelo menos três decisões que afrontam diretamente a advocacia nacional. Temos decisões que prendem advogados por serem advogados. Todos queremos combater o crime e a impunidade, mas temos uma obrigação inarredável que é defender o devido processo legal e a Constituição Federal sob pena de retornarmos a períodos negros que jamais deveríamos ter



vivido neste país”, disse Lamachia.

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos reiterou que é pelas leis que a advocacia prometeu lutar. “As prerrogativas da advocacia são estabelecidas em lei. Estão lá para serem cumpridas. Não porque queremos privilégio. Mas porque a história nos ensinou que precisamos ter a ampla defesa e o contraditório garantidos. Porque a Constituição estabeleceu uma voz na luta pelos direitos quando colocou que o advogado é indispensável à administração da Justiça”.

Representando o Colégio de Presidentes das Seccionais, o presidente da OAB-SP Marcos da Costa observou que o ato reuniu toda a advocacia brasileira em Mato Grosso e de forma simbólica relembra a importância do advogado no Estado Democrático de Direito.

“Aqueles autoridades que insistem em desconhecer a importância arbitral



do Estado Democrático e direito de defesa, portanto da advocacia, que aquela magistrada ou magistrado que desrespeita uma das nossas prerrogativas ou mais grave ainda que pretende criminalizar o exercício da nossa nobre profissão comete um verdadeiro atentado ao Estado Democrático de Direito”, apontou Marcos da Costa.

Presidente da Comissão Nacional de Prerrogativas, Jarbas Vasconcelos destacou a necessidade de cada advogado em defender as suas prerrogativas. “Quando um advogado estiver em uma Subseção, em uma delegacia, mesmo assim não estará sozinho, estão com ele os 1 milhão e 54 mil advogados brasileiros. Estamos aqui em Mato Grosso para dizer

em alto e bom som que não tememos nenhum magistrado, nenhum membro do Ministério Público, nenhum delegado. Não temos receio de enfrentar, confrontar, denunciar e representar contra qualquer autoridade, que não respeita as prerrogativas dos advogados”.

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da OAB-MT André Jacob Stumpf rechaçou a fundamentação da prisão sobre o exercício da profissão.

“Não admitiremos que a nossa profissão seja usada como meio e fundamento para se prender ou para se tolher o direito do cliente pelo qual ele fala. O advogado como instrumento da Justiça previsto na Constituição Federal no artigo 133 é essencial à administração. Nós não aceitaremos que o advogado seja achincalhado na sua profissão. Este é um momento triste que nos reunimos aqui contra a criminalização da advocacia”, concluiu.



Em visita ao TJMT, Lamachia defende compromisso por relação harmônica

Em visita institucional ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) Claudio Lamachia defendeu o compromisso por uma relação harmônica com o Poder Judiciário.

Juntamente com o presidente da OAB-MT Leonardo Campos, o presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia Jarbas Vasconcelos, o secretário-geral adjunto do CFOAB Ibaneis Rocha, o presidente da OAB-SP Marcos da Costa e uma

comitiva de advogados de Mato Grosso, Lamachia foi recebido pelo presidente do TJMT Rui Ramos. A presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MT), desembargadora Maria Helena Póvoas também participou do encontro.

Lamachia ressaltou que este é o comprometimento no âmbito do Conselho Federal. “Temos que enfrentar estas situações e dizer aqui que o fortalecimento da advocacia é o fortalecimento da própria cidadania. Tenho convicção de que nenhum cidadão quer ver um advogado enfraquecido, pois se alguém de-

fende o enfraquecimento da advocacia não conhece efetivamente o Estado Democrático de Direito e a Constituição Federal, e está sendo contra a democracia”.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos ponderou que esta é a gestão do encontro e não do confronto, por isso preza pela relação harmônica com o Poder Judiciário. “Respeitamos e temos esta relação harmônica para o fortalecimento da ma-



gistratura e da advocacia para garantirmos a distribuição da Justiça em todo o Estado. Temos as mesmas atribuições e responsabilidades, que pesam sobre nossos ombros, e queremos manter esta parceria com o TJMT, que nos atende, recebe nossos anseios e traçam a realidade do Judiciário em todas as Comarcas”, observou.

Secretário-geral da OAB-MT toma posse como juiz membro do TRE/MT

Secretário-geral da OAB-MT Ulisses Rabaneda dos Santos tomou posse como juiz membro titular na categoria jurista do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE/MT) no dia 17.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos participou da solenidade e prestou sua homenagem ao secretário-geral.

Para Leonardo Campos, Ulisses Rabaneda trará uma energia contagiante que se somará à grandeza do Tribunal. “A advocacia está representada, e temos a felicidade de que este Tribunal é conduzido com dois advogados oriundos do Quinto Constitucional da Ordem”, disse.



Em seu discurso, Ulisses Rabaneda fez um agradecimento especial à advocacia. “Advogar com firmeza e éti-

ca é uma obrigação e ela nos recompensa. O aprendizado, as conquistas, as vitórias, as amizades, alcançar o direito justo, a liberdade do inocente, o reconhecimento de que existe um processo legal a ser observado, custe o que custar, são um dos vários componentes que nos fazem amar essa profissão essencial à admi-

nistração da Justiça”.

O secretário-geral da OAB-MT também pontuou que continuará advogando perante outros juízes e Tribunais, como a Constituição Federal autoriza.

“Como não poderia ser diferente, estou impedido de exercer a advocacia perante a Justiça Eleitoral. Aliás, posso dizer que com a toga sobre os ombros advogarei única e exclusivamente em favor da minha consciência, sem medo ou temor, sem me influenciar por vezes que venham das ruas, pois devo reverência apenas à Constituição Federal, as leis do país, bem como respeito absoluto ao colegiado que passo a pertencer”, ressaltou.

Sistema OAB-MT terá programação especial para o Mês da Mulher

Como nos anos anteriores, o Sistema OAB-MT se mobiliza para celebrar o Dia Internacional da Mulher - comemorado em 8 de março. As atividades alusivas à data ocorrerão durante todo o mês de março tanto em Cuiabá quanto no interior do Estado, nas seguintes cidades: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Jaciara, Lucas do Rio Verde, Mirasol D'Oeste, Nova Mutum, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Sorriso e Tangará da Serra.

Na programação do projeto “Março Sempre Mulher” há palestras com temas importantes como empoderamento feminino, valorização da mulher, alienação parental e as múltiplas

funções da mulher. Em Paranatinga, será abordada, ainda, a importância da Lei Maria de Penha.

Atividades esportivas também serão realizadas em algumas subseções da OAB-MT. Em Cáceres, durante uma semana, as advogadas participarão da Semana Fitness com aeróbica e aulas funcionais. Já em Sorriso, será lançado o projeto de saúde e bem-estar Medida Legal.

Em Alto Araguaia, por exemplo, o foco será a prevenção do câncer de mama, com incentivo à realização anual da mamografia. Em Lucas do Rio Verde, Mirasol D'Oeste e Sinop, as advogadas doarão parte de seu tempo para prestar atendimento jurídico gratuito à sociedade.

A advocacia de Sorriso está se organizando para a realização da Cara-

vana da Cidadania que percorrerá duas regiões da cidade, levando uma série de serviços gratuitos.

A subseção de Rondonópolis promete fazer mais um belo trabalho para comemorar o Dia Internacional da Mulher com um grande evento cujas atrações são: bate-papo com psicóloga, desfile de vestidos de festa, dicas de moda, apresentação de dança e sorteio de brindes.

Já Peixoto de Azevedo aproveitará a data para lançar o movimento “Em busca dos 50% + Mulheres na OAB”. Em Lucas do Rio Verde, profissionais da advocacia, juízes, defensores, promotores, presidentes de comissões temáticas da OAB e a presidente da Comissão da Mulher da OAB-MT

debaterão o papel da mulher na II Conferência da Mulher Advogada.

Além das várias subseções que prestarão atendimentos jurídicos gratuitos, haverá outras que realizarão visitas a asilos com entrega de doações e a instituições que acolhem mulheres vítimas de violência.

Cuiabá – Para a Capital do Estado estão previstas quatro atividades. Entre elas, um café da manhã oferecido pela equipe do Centro de Saúde dos Advogados. A CAA/MT e a OAB-MT realizarão o já tradicional café da manhã no fórum trabalhista e o chá da tarde no fórum cível e criminal, além do happy hour para encerramento do projeto, no dia 31 de março.



Advocacia apresenta demandas ao Judiciário na primeira sessão do Conselho Pleno da OAB-MT

“Esta é a gestão do encontro, e não do confronto”, assim o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT) Leonardo Campos iniciou a primeira sessão do Conselho Pleno da entidade deste ano, que contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) desembargador Rui Ramos. Na ocasião, o presidente do Poder Judiciário recebeu as demandas e anseios da advocacia.

Leonardo Campos destacou o bom relacionamento desenvolvido com o TJMT durante o ano de 2016 sob a gestão do ex-presidente, desembarga-

dor Paulo da Cunha.

“Essa é uma constante que nós mantínhamos com o desembargador Paulo da Cunha e começamos da mesma forma com o desembargador Rui Ramos. O advogado é o primeiro juiz da causa, é o primeiro profissional que depara com o problema da ponta da Justiça. Então nada mais salutar que a alta direção do Poder Judiciário, além de vir aqui apresentar o seu plano de metas, ouvir da advocacia como está a Justiça na ponta. A partir daí ele terá uma radiografia estadual e poderá adotar as ações necessárias para melhorar e aperfeiçoar sempre o funcionamento

do Poder Judiciário”.

Presidente do TJMT Rui Ramos respondeu às dúvidas e os anseios da advocacia, que estavam representados pelos conselheiros da OAB-MT, bem como pelos presidentes das Subseções em todo o Estado. Entre os questionamentos constaram: as dificuldades com relação ao uso de novos sistemas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), em que as Subseções têm dificuldade devido ao acesso à Internet, infraestrutura dos fóruns e quadro de servidores e magistrados.

“Se nós que fazemos parte do mundo jurídico não tivermos harmonia, é evidente que não conseguiremos trilhar um bom caminho. Naturalmente teremos momentos de tensão, mas com certeza não passarão disso. Vamos equacionar os problemas para não permitir impactos na nossa prestação jurisdicional”, ressaltou o desembargador.

Outros pleitos foram apresentados como a necessidade de criação de Varas e de elevação de Comarcas.

Rui Ramos também destacou a importância de escutar as demandas da advocacia. “Nós precisamos ouvir os advogados, ouvir todos aqueles que são da OAB de Mato Grosso, quais são as suas necessidades e dificuldades em cada



uma das comarcas. Até para que nós possamos ter em nosso horizonte no Tribunal certas particularidades que só aquele que está lá no local poderia nos informar e daí partirmos para algumas modificações em nosso tribunal mesmo. As dificuldades se resolvem com bom senso e muito trabalho e harmonia entre todos”, afirmou.

Também participaram da sessão, o juiz auxiliar da Presidência João Thiago de França Guerra, o presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados, José Arimatea Neves Costa; a diretora-geral do Tribunal de Justiça, Claudenice Deijany F. de Costa; e o vice-diretor-geral do TJMT, Eduardo da Silveira Campos.



CAA/MT realiza Carnaval Kids em Cuiabá, Sinop, Lucas do Rio Verde e Mirassol D'Oeste

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) não deixou a maior festa popular brasileira passar em branco. Em Cuiabá, pelo segundo ano consecutivo, o Carnaval Kids reuniu mais de 600 profissionais da advocacia e familiares. A novidade ficou por conta das matinês kids organizadas em Sinop, Lucas do Rio Verde e Mirassol D'Oeste. Os eventos foram um sucesso e superaram todas as expectativas tanto da organização quanto dos participantes.

CUIABÁ



LUCAS DO RIO VERDE



MIRASSOL DOESTE



SINOP



Empresas oferecem descontos especiais para as advogadas no Mês da Mulher



Com a chegada de março, tem início a programação do projeto do Sistema OAB-MT “Março Sempre Mulher”. Durante todo o mês são realizadas diversas atividades tanto em Cuiabá quanto no interior. Além disso, várias empresas conveniadas à CAA/MT oferecem descontos especiais para as mulheres advogadas. Confira:

CUIABÁ

AF Digital – 30% de desconto na contratação dos seguintes produtos de fotografia: aniversários, books, casamentos e cursos de fotografia. (65) 3023-8660 / 99944-4410

Casa Prado – 20% de desconto na linha feminina de camisas para todo o mês de março em todas as lojas dos shoppings

Centro de Saúde dos Advogados – 50% de desconto nos procedimentos de limpeza e clareamento dental. (65) 3642-5858. Ortodetox + esfoliação corporal por R\$ 60,00 (somente para pagamento à vista ou cartão de débito). (65) 2129-5457

Empório do Arquitecto – 20% de desconto para compras com pagamento à vista durante todo o mês de março. (65) 3321-1257

Essencie Farmácia de Manipulação – Será concedido um brinde especial para toda a Advogada que fizer as formulações na Essencie durante o mês de março, além de um sorteio entre todas as Advogadas que forem à farmácia de manipulação de 01 consulta com o Dr. Antônio Cruz Neto (especialista em nutriendocrinologia funcional, Modulação Hormonal Bioidêntica, medicina funcional esportiva e Biorressonância). (65) 3054-0707 / 99808-0707

Team Nogueira Cuiabá - 50% de desconto no mês de março em qualquer horário. (65) 3621-4078

LUCAS DO RIO VERDE*

Artenativa – 20% de desconto à vista e 15% de desconto no cartão de crédito em até 2x. (65) 3549-5353.

Carmen Steffens – 7% de desconto (dinheiro, cartão de débito e crédito). (65) 3549-3047.

Clínica de Cardiologia Dr. Juan Domingues Cesário - 50% de desconto na consulta e na realização de Eletrocardiograma (ECG). (65) 99665-1110.

Clínica ICAD – Dr. João Batista Claro de Oliveira Júnior – 50% de desconto na consulta médica e no exame de endoscopia. (65) 3548-9093.

Garcia Aquino Odontologia e Ortodontia – Dra. Ana Cláudia Garcia Aquino – 40% de desconto no clareamento e 25% de desconto nas lentes de contato. (65) 3549-4935 / 99917-2645.

Loja Louge Classic – 40% de desconto à vista e 30% no cartão de crédito. (65) 3549-1004.
Med Clin – Dr. Evandro Martins – 30% de desconto no Botox e 50% de desconto na consulta. (65) 3549-9124.

MM Mariana Mendonça Hair Design – combo hidratação + corte + escova por R\$ 168,00 ou 2% de desconto a mais na tabela já oferecida através do convênio CAA/MT LRV. (65) 9912-5547.
Modum Multimarcas – 25% de desconto à vista e 20% de no cartão de crédito em até 4x. (65) 3549-2357.

Nobel Livraria – 10% de desconto (dinheiro, cartão de crédito e débito). (65) 3549-4532.
Posto América I – desconto de 7% (dinheiro, cartão de crédito e débito) em horário comercial. (65) 3549-5774

StudioPG Pilates e Fisioterapia – desconto de R\$ 80,00 em cada plano de pilates. (65) 3549-3290

* Em Lucas do Rio Verde, os descontos são válidos até o dia 10 de março

Convênio com Voe Legal assegura descontos em passagens aéreas

Profissionais da advocacia inscritos(as) na OAB-MT e adimplentes já podem adquirir passagens aéreas com descontos que chegam a 70%. Isso é possível graças à parceria entre a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) e o programa Voe Legal.

O programa, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite, oferece a compra de passagens aéreas com preços mais competitivos. “Este é mais um grande

convênio que vem ao encontro das necessidades da advocacia tanto para atendimento às necessidades profissionais quanto pessoais, afinal, esse benefício é extensivo à família do advogado”.

Paulo Rodrigues dos Santos Júnior explica que a compra das passagens aéreas pode ser feita via site do programa (www.voelegal.com.br) ou aplicativo de celular disponível para ser baixado gratuitamente. “Importante lembrar que o acesso ao Voe Legal é exclusivo para

advogados e estagiários devidamente inscritos na OAB-MT e que estão com suas obrigações em dia”.

Utilizar o sistema é bem simples. O advogado deve definir a data e o destino da viagem e fazer a busca pelo voo que melhor atende a demanda. São necessários apenas o nome, número da OAB, CPF e e-mail. O aplicativo permite que o advogado consulte rapidamente na plataforma digital do Voe Legal os preços de passagens nas com-

panhias aéreas e os valores disponibilizados pelo site.

Caso o preço esteja melhor pelo programa, ele pode efetuar a compra diretamente. Contudo, nem sempre o valor do Voe Legal é mais barato que o site das companhias. Nesse caso, o usuário é direcionado para o site da empresa aérea. Quando o preço do APP é vantajoso, ele está marcado em verde, quando é melhor comprar direto com a empresa aérea a cor do preço é vermelha.

OAB-MT e Defensoria Pública discutem metas conjuntas para 2017

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, realizou uma visita institucional ao Defensor Público-Geral Silvano Jeferson Santana no dia 8, e discutiram as ações conjuntas a serem desempenhadas pelas instituições.

“Ficamos muito honrados com a visita pois a OAB-MT sempre foi uma parceira da Defensoria Pública e luta não só pelas prerrogativas dos advogados, mas também dos defensores”, ressaltou o Defensor Público-Geral.

Também participaram da reunião a conselheira estadual da OAB-MT e defensora pública Juliana Ribeiro Salvador Bond, o primeiro e segundo subdefensores públicos-gerais, Márcio Dorileo e Caio César BuimZumioti, respectivamente.

Durante o encontro foram apresentadas as demandas das subseções da OAB-MT em relação à atuação defensores públicos além de suas competências. Os casos específicos deverão ser notificados e encaminhados à Defensoria Pública do Estado de Mato

Grosso para as devidas providências.

Um dos pontos mais preocupantes para a OAB-MT são as ações propostas por defensores públicos para questionar honorários advocatícios. O presidente da Ordem ressaltou que os abusos devem ser sim combatidos, mas em suas devidas instâncias, notificando o Tribunal de Ética e Disciplina (TED). “Esta é uma prerrogativa que a OAB-MT não abre mão e não admitiremos interferência”, comentou.

Também foi apresentada à Defensoria a preocupação em relação à inviabilidade de utilização do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) nos Núcleos de Práticas Jurídicas das faculdades de Direito o que, conseqüentemente, aumentará a demanda de ações na Defensoria Pública.

A situação chamou a atenção do Defensor Público-Geral que se propôs a atuar conjuntamente com a OAB-MT na busca de uma solução assim como a Ordem deve trabalhar em conjunto para o fortalecimento da Defensoria.



Advocacia se une em prol de famílias desabrigadas em Campo Novo do Parecis

Após a chuva constante que causou enchentes e deixou mais de 900 famílias desabrigadas em Campo Novo do Parecis, a OAB-MT, suas 29 Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT) iniciaram uma coleta de donativos em todo o estado.

Alimentos não perecíveis, produtos de higiene e limpeza, roupas, sapatos, utensílios domésticos, entre outros chegaram de diversos municípios de Mato Grosso por meio dos presidentes

das subseções da OAB-MT.

O material arrecadado em todo o Estado será levado ao município e distribuído às famílias atingidas.

O presidente da subseção de Campo Novo do Parecis Pedro Antônio dos Santos comenta que em algumas casas, o nível da água chegou a 1,5m de altura. “Estragou tudo o que a pessoa tinha. As famílias já retornaram para suas casas, mas as dificuldades são grandes, por isso, toda ajuda é bem vinda”, destacou.

Subseção de Várzea Grande participa de reunião do Condema

A Subseção de Várzea Grande da OAB-MT participou da primeira reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema). A conselheira Giselle Gaudêncio Alves da Silva representou a Subseção neste primeiro encontro de 2017.

Na oportunidade foi criada uma Câmara Temática em que a OAB de

Várzea Grande participa da composição para discutir a possibilidade legal da simplificação da licença de localização e estabelecimento de roteiro específicos emitidos pela Secretaria de Meio Ambiente Municipal, das atividades exercidas pelas Microempresas.

O objetivo é que assim as Microem-

presas Individuais (MEIS) tenham mais celeridade nas análises pelo município, da possibilidade da instalação de atividades que não estão no rol das exigíveis pela Resolução Consema nº 85/2014, para obtenção da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (PI) e Licença de Operação (LO), desde que não utilizados materiais

que possam danificar o meio ambiente.

Com esta participação, a OAB-VG contribui com a análise da temática para salvaguardar a sociedade no desenvolvimento de suas atividades econômicas, com celeridade e simplificação de procedimentos e que também não represente dano ao meio ambiente.

Informe OAB

OAB-MT disponibiliza emissão de certidão online

Para cumprir mais um compromisso assumido com a advocacia, a partir de agora, o site da OAB-MT disponibiliza o link Certidão Online para a emissão de certidão de inteiro teor. O serviço oferecido pela entidade é gratuito. O link está disponível na página inicial do site, na coluna da direita.

Tabela de honorários está disponível no site da OAB-MT

A OAB-MT disponibiliza a tabela de honorários advocatícios atualizada para o período de 2017. Com a tabela, a advocacia tem a referência dos valores de cada serviço profissional a fim de evitar excessos e seu aviltamento. O documento fixa honorários mínimos na contratação dos serviços, devendo ser levado em consideração a maior ou menor complexidade da causa, o trabalho e o tempo necessário, a importância do interesse econômico e os conhecimentos do advogado, sua experiência e seu conceito como profissional e a condição econômica do cliente.

Boleto da anuidade pode ser emitido no site da OAB-MT

Os advogados e advogadas que não receberam o boleto para o pagamento da anuidade, podem emitir o mesmo pelo site da OAB-MT. Para emitir o boleto basta acessar “2º Via de Boleto” na coluna da direita na página inicial do site. A OAB-MT recompôs o valor da anuidade para R\$850 para o exercício de 2017, para garantir o reequilíbrio financeiro e seguir recomendação do Conselho Federal (CFOAB). A recomposição de 14,81%, percentual abaixo do recomendado que foi de 28,54%, ocorreu após seis anos com o valor da anuidade congelado.



OAB-MT e CAA-MT firmam parceria com Voe Legal

A OAB-MT e a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT) assinaram o convênio com a empresa Voe Legal. De acordo com o CEO do programa Voe Legal, Paulo Santos, trata-se de uma ferramenta para facilitar a compra de passagens aéreas, oferecendo descontos na aquisição dos bilhetes. Para isso, profissionais da advocacia e estagiários inscritos e regulares na OAB-MT podem se cadastrar pelo endereço <http://www.voelegal.com.br/> e utilizar o aplicativo.

TJMT permite transferências cautelares de presos

Em decorrência da crise no sistema penitenciário de todo o país, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) permite transferências cautelares de presos nas unidades prisionais do Estado durante um período de 90 dias. A medida excepcional foi assegurada através do Provimento nº 001/2017 da Corregedoria-Geral de Justiça, tendo em vista, a necessidade de se adotar providências adequadas para conter rebeliões e assumir o controle das atividades internas dos presídios, como transferência cautelar de presos em decorrência da crise instalada no sistema penitenciário do Brasil.

Conselho Pleno da OAB-MT aprova exclusão de advogados

O Conselho Pleno da OAB-MT aprovou a exclusão de quatro advogados de seus quadros na primeira reunião do ano, realizada no dia 16. Tratam-se de processos que tramitaram no Tribunal de Ética e Disciplina (TED) que, após cumpridos todos os ritos para assegurar a ampla defesa e o contraditório, concluiu pela aplicação da penalidade máxima aos profissionais. Após a conclusão do TED, os processos são submetidos ao Conselho Pleno, instância máxima da OAB-MT. Contudo, o presidente do TED, João Batista Beneti, explica que mesmo após o Conselho Pleno ter referendado as decisões, ainda cabe recurso junto ao Conselho Federal da OAB. Desta forma, somente após o trânsito em julgado é que os nomes dos profissionais excluídos serão divulgados. Até a decisão final, os profissionais ficam suspensos do exercício da advocacia.

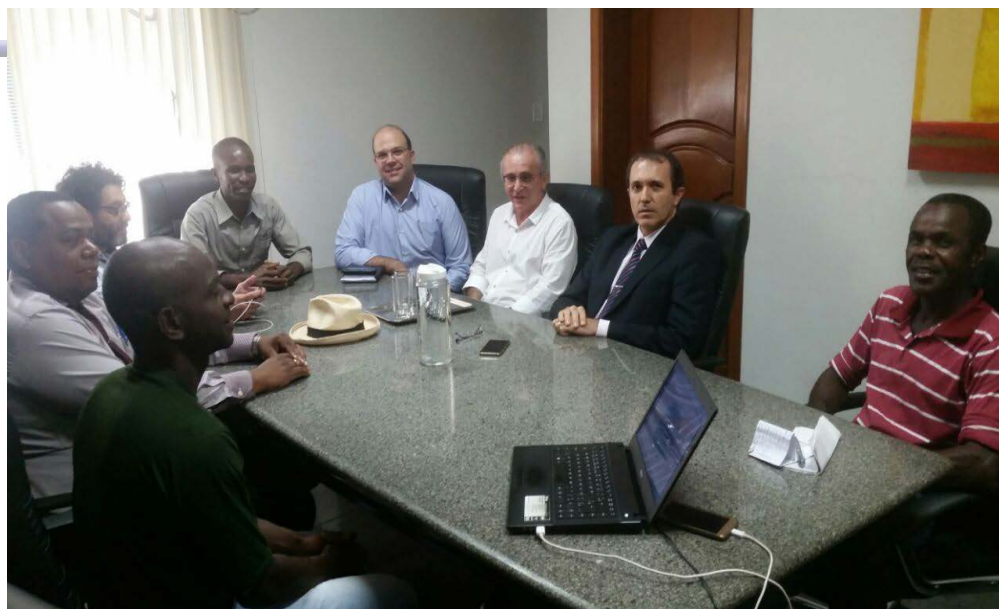
Serviço de assistência jurídica gratuita em Primavera garante isenção de ISSQN e Taxa de Alvará

Os advogados autônomos de Primavera do Leste que prestaram serviço de assistência jurídica gratuita possuem o prazo até dia 31 de março para pleitearem isenção do ISSQN e da Taxa do Alvará de Licença. A isenção está prevista na Lei nº 1.486/2014.

Em Destaque



Presidente da OAB-MT Leonardo Campos homenageia o ex-presidente do TJMT desembargador Paulo da Cunha



Organização do Migrante (Osamb) recebe apoio da OAB-MT para se tornar Organização da Sociedade Civil (Oscip)



Secretário-geral da OAB-MT Ulisses Rabaneda e a família em sua posse como juiz membro do TRE/MT



Presidente do CFOAB Claudio Lamachia recebe livro sobre Pinacoteca do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)



Colaboradores da OAB-MT e presidente Leonardo Campos recebem o presidente do CFOAB Claudio Lamachia



Presidente da OAB-SP Marcos da Costa e presidente da OAB-MT Leonardo Campos se unem em defesa da advocacia